

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ – CCCO**  
**CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS**  
**NATURAIS/BIOLOGIA**

**BRENDA ABIGAIL FREIRE DE JESUS COELHO**

**EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE NO ENSINO DE CIÊNCIAS**  
**NATURAIS: Diálogos entre a Escola e a Universidade**

**CODÓ – MA**  
**2025**

BRENDA ABIGAIL FREIRE DE JESUS COELHO

**EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE NO ENSINO DE CIÊNCIAS  
NATURAIS: Diálogos entre a Escola e a Universidade**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como requisito para obtenção do título de Licenciada em Ciências Naturais com Habilitação em Biologia.

**Orientador(a):** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Paula dos Santos Reinaldo Verde.

CODÓ – MA

2025

BRENDA ABIGAIL FREIRE DE JESUS COELHO

**EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE NO ENSINO DE CIÊNCIAS  
NATURAIS: Diálogos entre a Escola e a Universidade**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como requisito para obtenção do título de Licenciada em Ciências Naturais com Habilitação em Biologia.

**Orientador(a):** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Paula dos Santos Reinaldo Verde

**Aprovado(a) em:** 17/01/2025

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Paula dos Santos Reinaldo Verde (Orientador)  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

---

Prof. Dr. Dilmar Kistemacher (1º Examinador)  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

---

Prof. Dr. Alvaro Itauna Schalcher Pereira (2º Examinador)  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA

CODÓ – MA

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Freire de Jesus Coelho, Brenda Abigail.

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE NO ENSINO DE CIÊNCIAS  
NATURAIS : diálogos entre a Escola e a Universidade /  
Brenda Abigail Freire de Jesus Coelho. - 2025.

49 p.

Orientador(a): Ana Paula dos Santos Reinaldo Verde.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Naturais -  
Biologia, Universidade Federal do Maranhão, Codó,  
Maranhão, 2025.

1. Direitos Sexuais. 2. Desconstrução de Preconceito.  
3. Gênero. 4. Métodos Contraceptivos. 5. Saúde  
Reprodutiva. I. Paula dos Santos Reinaldo Verde, Ana. II.  
Título.

*À minha família, fonte de força e  
inspiração, que com amor incondicional  
e apoio em cada etapa, tornou esta  
realização possível.*

## AGRADECIMENTOS

Com gratidão, início meus agradecimentos a Deus, pela saúde e pelas bênçãos que iluminaram minha jornada e me permitiram alcançar um título significativo.

À minha orientadora, Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>a</sup> Ana Paula dos Santos Reinaldo Verde, pela orientação, apoio e sabedoria essenciais para meu crescimento acadêmico e pessoal.

À UFMA – Campus Codó, pelo acolhimento e ambiente que possibilitaram minha evolução no aprendizado e na pesquisa.

Minha gratidão se estende à minha família, que sempre me apoiou e acreditou em mim, especialmente meus pais, Raimundo Pereira Coelho Neto e Josirene Freire de Jesus Coelho, e meus irmãos, Quézia Gabriele Freire de Jesus Coelho e Gabriel Freire de Jesus Coelho.

Ao meu noivo, Oswaldo Palma Lopes Sobrinho, pelo apoio incondicional e pela paciência durante todo este processo de elaboração do meu trabalho. Sua presença ao meu lado foi essencial, não apenas como um companheiro, mas como alguém que constantemente me encorajou a seguir em frente, mesmo nos momentos de dúvida e cansaço. Sua capacidade de me ouvir, de compreender as minhas necessidades e de celebrar cada pequena conquista foi um combustível inestimável para a minha jornada. Obrigada por acreditar em mim, por compartilhar sua sabedoria e por ser a luz que ilumina os meus dias. Este trabalho não seria possível sem o seu amor, dedicação e incentivo, que me fortalecem e inspiram a alcançar sempre mais.

À minha amiga Bruna Esterfanya Rodrigues Pereira, pela amizade e apoio.

Aos meus colegas de estudo e colaboradores de pesquisa, agradeço pelas trocas de conhecimento e apoio mútuo, fundamentais para meu crescimento.

Aos mentores que compartilharam suas experiências e sabedoria, me incentivando a buscar sempre a excelência. Todo esse apoio e incentivo me permitiram superar os desafios e evoluir em minha jornada.

*Muito obrigado a todos/as.*

"Mais felizes são os que acham  
sabedoria, os que obtêm entendimento,  
pois a sabedoria vale mais do que a prata  
e rende mais do que o ouro"

Bíblia Sagrada (Pv 3:13-14)

## RESUMO

Este estudo teve por objetivo apresentar uma experiência educativa desenvolvida no componente curricular "Educação para a Diversidade", do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais/Biologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em parceria com uma escola pública municipal de Codó/MA. A atividade foi realizada no contexto da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) e abordou temas como saúde sexual e reprodutiva, métodos contraceptivos e conquistas legais das mulheres. Utilizando metodologias ativas, como aulas dialogadas e rodas de conversa, os discentes promoveram discussões críticas e reflexivas. Posteriormente, construiu-se uma cartilha educativa intitulada "Contracepção Sem Tabu: O Poder de Escolher e a Luta pela Igualdade de Gênero". A pesquisa, de abordagem qualitativa e metodologia de pesquisa-ação, permitiu observar avanços na compreensão dos estudantes sobre direitos reprodutivos e na desconstrução de preconceitos. Os resultados evidenciaram a relevância de práticas educativas inclusivas e a integração entre universidade e escola para promover aprendizado significativo e fortalecer a autonomia dos educandos. Apesar de desafios como resistências culturais e limitações de tempo para aprofundamento, a experiência reafirma o papel transformador da educação para a diversidade no enfrentamento de desigualdades sociais e culturais, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes.

**Palavras-chave:** direitos sexuais; desconstrução de preconceito; gênero; métodos contraceptivos; saúde reprodutiva.

## **ABSTRACT**

This study aimed to present an educational experience developed within the "Education for Diversity" course of the Interdisciplinary Bachelor's Program in Natural Sciences/Biology at the Federal University of Maranhão (UFMA), in partnership with a public school in Codó, Maranhão, Brazil. The activity was conducted in the context of Youth, Adult, and Elderly Education (EJAI) and addressed topics such as sexual and reproductive health, contraceptive methods, and women's legal achievements. Using active methodologies, including dialogic classes and discussion circles, students facilitated critical and reflective discussions. Subsequently, an educational booklet titled "Contraception Without Taboo: The Power to Choose and the Fight for Gender Equality" was developed. The qualitative, action-research-based study revealed improvements in students' understanding of reproductive rights and the deconstruction of prejudices. The results highlighted the importance of inclusive educational practices and the integration between university and school to foster meaningful learning and strengthen students' autonomy. Despite challenges such as cultural resistance and limited time for deeper exploration, the experience reinforced the transformative role of education for diversity in addressing social and cultural inequalities, contributing to the development of critical and conscious citizens.

**Keywords:** sexual rights; deconstruction of prejudice; gender; contraceptive methods; reproductive health.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Mapa de localização da Universidade Federal do Maranhão, Campus Codó.....	21
<b>Figura 2</b> – Fachada da Escola Municipal Modelo Remy Archer, localizada em Codó/MA.....	22
<b>Figura 3</b> – Cartilha educativa “Contracepção Sem Tabu: O Poder de Escolher e a Luta pela Igualdade de Gênero”.....	23

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CCCO – Centro de Ciências de Codó

DIU – Dispositivo Intrauterino

EJAI – Educação de Jovens, Adultos e Idosos

IFMA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE NO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS</b> .....	13
2.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS (EJAI) .....	15
2.2 GÊNERO E EDUCAÇÃO.....	17
2.3 SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA NO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS.....	18
2.4 CONQUISTAS LEGAIS DAS MULHERES E EDUCAÇÃO.....	19
2.5 DIÁLOGOS ENTRE A ESCOLA E A UNIVERSIDADE.....	19
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	20
3.1 Tipo de Pesquisa.....	20
3.2 Contexto e Local da Pesquisa.....	21
3.3 Etapas da Pesquisa.....	22
3.4 Metodologias Utilizadas.....	23
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	24
4.1 Reflexões sobre o Processo Pedagógico.....	24
4.2 Impacto da Cartilha Educativa.....	26
4.3 Transformação Social e Educacional.....	27
4.4 Considerações sobre os Desafios.....	27
<b>5 CONCLUSÕES</b> .....	28
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	30
<b>APÊNDICE A – Cartilha Educativa</b> .....	36

## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea enfrenta desafios significativos relacionados à inclusão e ao respeito à diversidade (Gomes, 2024). Questões como gênero, sexualidade e direitos humanos têm ganhado espaço nas discussões educacionais, reconhecendo a escola como um ambiente privilegiado para a formação crítica, inclusiva e cidadã (Xavier *et al.*, 2023). Nesse contexto, a educação para a diversidade emerge como uma abordagem fundamental para desconstruir preconceitos e promover a equidade social, especialmente no que tange à igualdade de gênero e aos direitos sexuais e reprodutivos.

A educação brasileira tem passado por profundas transformações nos últimos anos, especialmente em relação às diretrizes curriculares. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que marcaram o final da década de 1990, foram pioneiros ao incluir temas transversais como orientação sexual e identidade de gênero no currículo escolar (PCN, 1997). No entanto, o avanço da sociedade e a ampliação do debate sobre diversidade e inclusão culminaram na implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2018, que substituiu os PCNs como referência normativa para a educação básica. A BNCC trouxe uma abordagem mais contemporânea e integrada, reafirmando a importância de temas como igualdade de gênero e direitos humanos (BNCC, 2018).

Para o ensino de Ciências Naturais, a BNCC destaca a necessidade de conectar conteúdos científicos a questões sociais, como saúde sexual e reprodutiva, diversidade e igualdade de gênero (Mattos; Amestoy; Tolentino-Neto, 2022). Essas diretrizes reforçam o papel da escola como um espaço essencial para a desconstrução de estereótipos, o enfrentamento de preconceitos e a promoção da equidade (Oliveira; Paula; Coelho, 2024). Além disso, amplia as possibilidades de articulação entre a Universidade e a escola, fortalecendo o diálogo entre teoria e prática, permitindo a formação de educadores capacitados para lidar com a complexidade das questões sociais.

No âmbito da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), as diretrizes da BNCC asseguram que o ensino seja acessível, significativo e contextualizado às vivências dos educandos, favorecendo o protagonismo e a autonomia desses estudantes. Essa modalidade educativa atende um público diverso, muitas vezes composto por indivíduos que não tiveram acesso à escolarização regular ou enfrentaram interrupções em sua trajetória acadêmica (BNCC, 2018). Nesse contexto, torna-se essencial abordar questões como gênero, métodos contraceptivos e saúde reprodutiva, promovendo a sensibilização sobre os direitos sexuais e reprodutivos e estimulando a desconstrução de preconceitos.

No Brasil, as desigualdades de gênero e os estigmas relacionados à sexualidade continuam sendo desafios significativos, evidenciando a necessidade de práticas pedagógicas que abordem essas questões de maneira crítica e sensível (Marín, 2023). Nesse contexto, a integração entre Universidade e escola, alinhada às diretrizes da BNCC desponta como uma estratégia eficaz para capacitar educadores, desenvolver práticas pedagógicas inovadoras e aproximar a teoria acadêmica da realidade escolar.

Este estudo teve por objetivo apresentar uma experiência educativa desenvolvida no componente curricular "Educação para a Diversidade", do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais/Biologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em parceria com uma escola pública municipal de Codó/MA. A prática envolveu a realização de uma aula dialogada sobre métodos contraceptivos e a conquista legal das mulheres, ministrada por discentes da UFMA para estudantes da EJA abordando a relação entre as conquistas legais das mulheres e os métodos contraceptivos sob uma perspectiva histórica e educativa.

## **2 EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE NO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS**

A Educação para a Diversidade configura-se como uma abordagem educacional voltada para o reconhecimento, a valorização e a aceitação das múltiplas identidades que compõem a sociedade (Simoni, 2021). Cada indivíduo traz consigo uma bagagem única de experiências, características e perspectivas, moldadas por diversos fatores, como gênero, orientação sexual, etnia, classe social e deficiência, entre outros. Tais aspectos refletem a complexidade e a riqueza da diversidade humana (Cruvinel, 2023).

Diferenças individuais e histórias de vida distintas oferecem uma oportunidade única para criar um ambiente de aprendizagem que valorize a pluralidade e a diversidade. O objetivo principal é promover o respeito e a compreensão dessas variações, fomentando uma cultura de igualdade e justiça (Suanno, 2021). Ao reconhecer e incluir diferentes perspectivas, é possível construir um espaço educativo que vai além da convivência, permitindo que todos os envolvidos aprendam com as experiências uns dos outros, fortalecendo os valores de equidade e cidadania.

Um dos principais objetivos dessa abordagem é combater os preconceitos e discriminações ainda presentes na sociedade. Candau (2012) destaca que, ao tratar questões de identidade e diversidade, o processo educativo contribui para que os estudantes reconheçam e questionem estereótipos, favorecendo a construção de um

ambiente inclusivo e acolhedor. Para que isso se concretize, é fundamental que o currículo escolar aborde temas como igualdade de gênero, direitos humanos, diversidade cultural e étnico-racial, uma vez que o enfrentamento dos preconceitos se inicia no ambiente escolar (Gonçalves, 2022). Esses tópicos estimulam uma visão crítica e empática da sociedade, incentivando os estudantes a refletirem sobre suas próprias atitudes e a se tornarem protagonistas na transformação social.

No contexto brasileiro, a implementação de conteúdos relacionados à diversidade é respaldada por diretrizes educacionais oficiais, como os PCNs e a BNCC. Essas diretrizes orientam a inclusão de temas como diversidade cultural, étnico-racial e de gênero nos componentes curriculares, promovendo uma formação cidadã e crítica desde a educação básica (Brasil, 1997; 2017). A BNCC, por exemplo, reforça a importância de integrar a diversidade no processo de ensino-aprendizagem, destacando o papel da escola como espaço de acolhimento e promoção da equidade.

No ensino de Ciências Naturais, a BNCC estabelece que os estudantes devem compreender a interação entre fatores biológicos, culturais e sociais na construção das identidades e culturas. Essa abordagem amplia o horizonte dos estudantes, conectando o conhecimento científico às questões sociais e culturais que impactam suas vidas, promovendo um aprendizado significativo e inclusivo (Mattos; López, 2021).

Apesar dos avanços nas políticas educacionais, a educação inclusiva e diversificada enfrenta desafios significativos na educação básica. Entre os principais estão a resistência cultural às mudanças, a falta de formação adequada para os professores e a insuficiência de recursos pedagógicos que abordem a diversidade de forma efetiva. Muitos educadores relatam dificuldade em articular as demandas do currículo com práticas que valorizem e respeitem as diferenças individuais dos estudantes (Silva; Mercado, 2024; Duque *et al.*, 2024).

No entanto, existem também inúmeras possibilidades. A formação continuada de professores e o desenvolvimento de materiais didáticos inclusivos são caminhos essenciais para a superação desses desafios. Ademais, a utilização de metodologias ativas, que promovam a participação dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem, pode contribuir para uma educação mais equitativa e significativa (Narciso *et al.*, 2024).

No ensino de Ciências Naturais, por exemplo, temas como diversidade biológica e cultural, direitos humanos e questões de gênero podem ser explorados de maneira interdisciplinar, estimulando o pensamento crítico e a empatia (Carvalho; Mata; Carvalho, 2023). Essa abordagem humanizada da ciência permite que os estudantes

reconheçam o valor de todas as formas de existência e compreendam como as diferenças enriquecem a sociedade.

A construção do conhecimento científico, aliada à oportunidade de discutir a diversidade humana e social, encontra um espaço privilegiado em práticas educativas que integram aspectos biológicos e sociais (Cirino, 2022). Nesse sentido, o processo de ensino-aprendizagem promove uma compreensão mais ampla e integradora, conectando os fenômenos naturais às dinâmicas sociais e culturais.

A inclusão de temas, como sexualidade, identidade de gênero, métodos contraceptivos e direitos reprodutivos, não apenas aprofunda o entendimento dos processos biológicos, mas também enriquece a formação dos estudantes ao conectá-los com questões sociais e culturais que impactam suas vidas, famílias e comunidades (Gomes, 2021). Essa abordagem amplia o horizonte dos estudantes ao proporcionar uma visão crítica sobre questões sensíveis e complexas, como as normas tradicionais de gênero e sexualidade.

Ao incentivar a reflexão crítica, o ensino de Ciências Naturais fomenta o reconhecimento de como essas normas influenciam políticas públicas, práticas de saúde e os direitos individuais e coletivos (Candau, 2012). Dessa forma, contribui não apenas para a formação científica dos estudantes, mas também para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde a ciência é vista como uma ferramenta para a compreensão e transformação da realidade social.

Essa perspectiva crítica e integradora é essencial para a formação de cidadãos conscientes, que reconhecem que o conhecimento científico não deve ser considerado de forma isolada, mas sim em diálogo com os contextos sociais e culturais. Na concepção de Sales; Rigue (2023), ao explorar temas relacionados à identidade e à diversidade, o ensino de Ciências Naturais proporciona aos estudantes a oportunidade de questionar suas próprias visões e preconceitos, desenvolvendo empatia e compreensão em relação a diferentes experiências e identidades.

## **2.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS (EJAI)**

A evolução da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) reflete um processo histórico marcado pelas desigualdades sociais e pela exclusão educacional no Brasil, podendo ser compreendida a partir de três grandes períodos: Colonial, Imperial e Republicano, cada um marcado por

especificidades no acesso e nas políticas educacionais (Rosemberg; Piza, 2006).

No Brasil colonial (1530–1815), a educação era destinada às elites e possuía forte caráter religioso, conduzida principalmente pelos jesuítas. A população negra e indígena era excluída do ensino formal, sendo submetida a programas educativos que visavam a conversão religiosa e a aprendizagem de ofícios para sustentar a economia colonial. Após a expulsão dos jesuítas em 1759, o Marquês de Pombal assumiu a direção da educação, reforçando seu caráter utilitário e alinhado aos interesses do Estado, mas mantendo a exclusão das camadas populares e indígenas do processo educativo (Saviani, 2019).

Com a Independência, a primeira Constituição brasileira, promulgada em 1824, previa a instrução primária gratuita, mas sua implementação foi limitada aos homens das elites econômicas. Em 1834, o Ato Adicional transferiu a responsabilidade pela educação às províncias, dificultando ainda mais o acesso à educação de jovens e adultos das classes populares (Nogueira, 2001). Durante o Segundo Reinado (1840–1889), algumas iniciativas buscavam combater o analfabetismo, mas continuaram sendo insuficientes para atender a maioria da população, refletindo a prioridade dada à educação das elites.

Na Primeira República, a descentralização administrativa e a prioridade ao ensino secundário e superior relegaram a educação básica, incluindo a EJA, a um papel secundário. Foi apenas a partir da década de 1930 que programas como a Cruzada Nacional de Educação e o Movimento de Educação de Base começaram a destacar a alfabetização de adultos como prioridade nacional. Durante o regime militar, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) trouxe avanços limitados, com foco assistencialista e conservador (Haddad; Di Pierro, 2000).

Com a Constituição de 1988, a educação de jovens e adultos passou a ser reconhecida como um direito universal, sendo posteriormente regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 (Brasil, 1996). A partir dos anos 2000, políticas como o Programa Brasil Alfabetizado e o Plano Nacional de Educação promoveram esforços para expandir o alcance e a qualidade da modalidade (Brasil, 2014).

A ampliação da EJA para incluir a população idosa reflete o reconhecimento das necessidades educacionais específicas desse público. A EJAI assume o papel de proporcionar alfabetização, desenvolvimento pessoal e inclusão social a jovens, adultos e idosos, atendendo às demandas de um público diversificado (Soares, 2024).

Os estudantes da EJAI apresentam características heterogêneas. Jovens interromperam seus estudos devido a condições socioeconômicas adversas; adultos buscam requalificação profissional ou conclusão da escolaridade básica; idosos veem na

educação uma oportunidade de socialização e aprendizado (Brunel, 2004; Santos; Motokane, 2024). Essa diversidade exige práticas pedagógicas inclusivas que valorizem as histórias de vida e promovam a autoestima e o protagonismo social.

A integração entre os conteúdos curriculares e as experiências cotidianas dos estudantes é essencial no contexto da EJAI (Paula; Guimarães, 2024). Temas como cidadania, direitos humanos e sustentabilidade devem ser abordados de forma crítica e reflexiva, utilizando metodologias ativas que engajem os estudantes e promovam uma educação significativa (Alves, 2024). Essa abordagem não apenas reduz desigualdades educacionais, mas também contribui para a formação de cidadãos autônomos e conscientes. Assim, a EJAI reafirma seu papel transformador, promovendo inclusão e justiça social, enquanto fortalece o direito universal à educação.

## **2.2 GÊNERO E EDUCAÇÃO**

O conceito de gênero ultrapassa a noção de diferenças biológicas entre os sexos, configurando-se como uma construção social e histórica que reflete as dinâmicas culturais, econômicas e políticas de cada sociedade. Gomes (2024) enfatiza que gênero é performativo, ou seja, constitui-se a partir de discursos e práticas que definem papéis, comportamentos e expectativas atribuídos a homens e mulheres. Essa construção histórica do gênero molda relações de poder, influenciando tanto as dinâmicas sociais quanto as instituições, incluindo a educação.

A escola, como espaço de formação cidadã e de socialização, desempenha um papel central na reprodução ou na transformação das relações de gênero. Abordagens pedagógicas que promovem a equidade de gênero buscam desconstruir estereótipos e criar ambientes inclusivos e respeitosos. Isso inclui, por exemplo, a revisão de conteúdos didáticos, a utilização de linguagem inclusiva e a promoção de debates sobre temas como igualdade de gênero, violência contra a mulher e diversidade sexual (Borges; Oliveira; Ludovice, 2024). Práticas pedagógicas sensíveis ao gênero ajudam a formar cidadãos mais conscientes e engajados na busca por uma sociedade mais igualitária.

As desigualdades de gênero no Brasil são evidenciadas em áreas como mercado de trabalho, acesso à educação superior, representação política e violência de gênero. Santos (2024) mostram que as mulheres ainda enfrentam disparidades salariais e são sub-representadas em cargos de liderança. Nesse cenário, a escola possui um papel crucial ao abordar questões de gênero em seus currículos, promovendo a conscientização e a

igualdade. Políticas como a Lei Maria da Penha e iniciativas de formação continuada para educadores são exemplos de medidas que fortalecem essa agenda.

A BNCC (2018) enfatiza a importância de abordar questões de gênero de forma transversal e interdisciplinar, especialmente nos componentes de Ciências Humanas e Ciências da Natureza. O documento destaca a necessidade de promover o respeito às diferenças e o combate ao preconceito, criando um ambiente educacional que valorize a diversidade e fomente a equidade de gênero. A implementação efetiva dessas diretrizes depende, no entanto, da formação adequada dos professores e do engajamento das comunidades escolares.

### **2.3 SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA NO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS**

O ensino de saúde sexual e reprodutiva é essencial para a formação integral dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento de atitudes saudáveis e conscientes em relação ao corpo, à sexualidade e aos relacionamentos interpessoais. Ao abordar esses temas, a escola não apenas promove a prevenção de doenças e gravidez indesejada, mas também fomenta o respeito aos direitos humanos e a compreensão sobre as relações de gênero e poder (Cassiavillani; Albrecht, 2023).

A educação sobre métodos contraceptivos é fundamental para garantir a autonomia feminina e a igualdade de gênero. Conhecimentos sobre tipos de contraceptivos, como preservativos, anticoncepcionais orais, dispositivos intrauterinos (DIUs) e métodos naturais, permitem que os estudantes compreendam as implicações biológicas, sociais e éticas de suas escolhas (Souza; Machado, 2024). Essa abordagem também fortalece a sensibilização sobre saúde reprodutiva e direitos sexuais.

A educação sexual ao integrar saúde pública e direitos humanos contribui para a construção de uma sociedade mais consciente e igualitária. Temas como prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST), direitos reprodutivos e violência de gênero devem ser abordados de maneira clara e objetiva, promovendo o empoderamento dos estudantes e o combate ao preconceito (Moura *et al.*, 2022).

Na EJAI, a abordagem da saúde sexual e reprodutiva exige sensibilidade e adaptação às especificidades do público atendido. Metodologias participativas, como rodas de conversa, estudos de caso e atividades interdisciplinares, permitem que os estudantes compartilhem experiências e reflitam sobre os temas de maneira contextualizada (Morin; Ludke, 2023; Abreu *et al.*, 2024). Além disso, a utilização de

materiais didáticos inclusivos e acessíveis contribui para a criação de um ambiente de aprendizagem acolhedor e significativo.

## **2.4 CONQUISTAS LEGAIS DAS MULHERES E EDUCAÇÃO**

As lutas femininas por direitos no Brasil remontam ao século XIX, quando mulheres começaram a se mobilizar por acesso à educação e ao mercado de trabalho. No início do século XX, o movimento sufragista ganhou força, resultando no direito ao voto feminino em 1932 (Alves, 1980). Durante a ditadura militar (1964-1985), as mulheres também se organizaram para lutar contra a repressão e por direitos civis, culminando na inclusão da igualdade de gênero como princípio na Constituição de 1988 (Lugones, 2014).

Entre as principais conquistas legais das mulheres no Brasil estão a criação da Lei do Planejamento Familiar (Lei n.º 9.263/1996), que garante o acesso a métodos contraceptivos e serviços de saúde reprodutiva, e a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), que combate à violência doméstica e familiar (Brasil, 1996). Além disso, a regulamentação do aborto em casos de risco à vida da mulher, estupro ou anencefalia do feto, ainda que limitada, é um avanço importante na garantia dos direitos reprodutivos.

No contexto da EJAI, a abordagem dessas conquistas no ensino de Ciências Naturais é fundamental para promover a sensibilização sobre direitos humanos e igualdade de gênero (Jornada, 2024). A contextualização desses avanços históricos e legais permite que os estudantes compreendam a importância da luta por direitos e apliquem esse conhecimento em suas vidas (Oliveira; Paula; Coelho, 2024). Além disso, discutir saúde sexual e reprodutiva em sala de aula contribui para o empoderamento feminino e a formação de cidadãos mais conscientes e engajados na construção de uma sociedade mais equitativa.

## **2.5 DIÁLOGOS ENTRE A ESCOLA E A UNIVERSIDADE**

A parceria entre universidade e escola desempenha um papel importante na formação docente e no enriquecimento do ensino. Por meio dessa interação, futuros professores têm a oportunidade de vivenciar a prática pedagógica em contextos reais, enquanto educadores em exercício se beneficiam de novas abordagens teóricas e metodológicas (Sobral; Reis; Vieira; 2024). Essa relação bidirecional contribui para o

desenvolvimento de práticas pedagógicas mais reflexivas, inovadoras e alinhadas às demandas sociais e educacionais.

A interação entre acadêmicos e estudantes da educação básica proporciona uma rica troca de saberes e experiências. Os estudantes têm acesso a abordagens pedagógicas atualizadas, conteúdos diferenciados e metodologias que favorecem a aprendizagem crítica, reflexiva e criativa (Paniago, 2017). Ao mesmo tempo, os acadêmicos conseguem vivenciar as realidades complexas do cotidiano escolar, compreendendo os desafios enfrentados por professores e estudantes (Andrade; Frison, 2024). Essa relação permite que as pesquisas e iniciativas acadêmicas sejam direcionadas para atender às necessidades reais da educação básica, promovendo práticas mais efetivas e contextualizadas que contribuem para o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem.

Projetos como os Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e de Residência Pedagógica são exemplos de iniciativas bem-sucedidas na interação entre universidade e escola. Essas ações permitem que licenciandos atuem diretamente em escolas públicas, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e para a formação de profissionais mais preparados. Além disso, parcerias voltadas para a implementação de tecnologias educacionais e projetos interdisciplinares têm gerado resultados positivos na promoção do aprendizado e da inclusão escolar.

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO**

#### **3.1 Tipo de Pesquisa**

A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, utilizando a metodologia de pesquisa-ação. De acordo com Gil (1999), essa abordagem permite um aprofundamento na investigação das questões relacionadas ao fenômeno em análise e às suas inter-relações. Ela valoriza, ao máximo, o contato direto com a situação estudada, buscando identificar aspectos comuns, mas mantendo-se aberta para compreender as individualidades e os múltiplos significados envolvidos. Essa escolha se fundamenta na busca por promover a reflexão crítica e a transformação prática em contextos educacionais, permitindo a interação contínua entre teoria e prática.

A pesquisa-ação é caracterizada pela participação ativa dos envolvidos no processo pela construção coletiva de soluções e pela geração de mudanças significativas no ambiente investigado (Gil, 1999; Vergara, 2000; Thiollent, 2007).

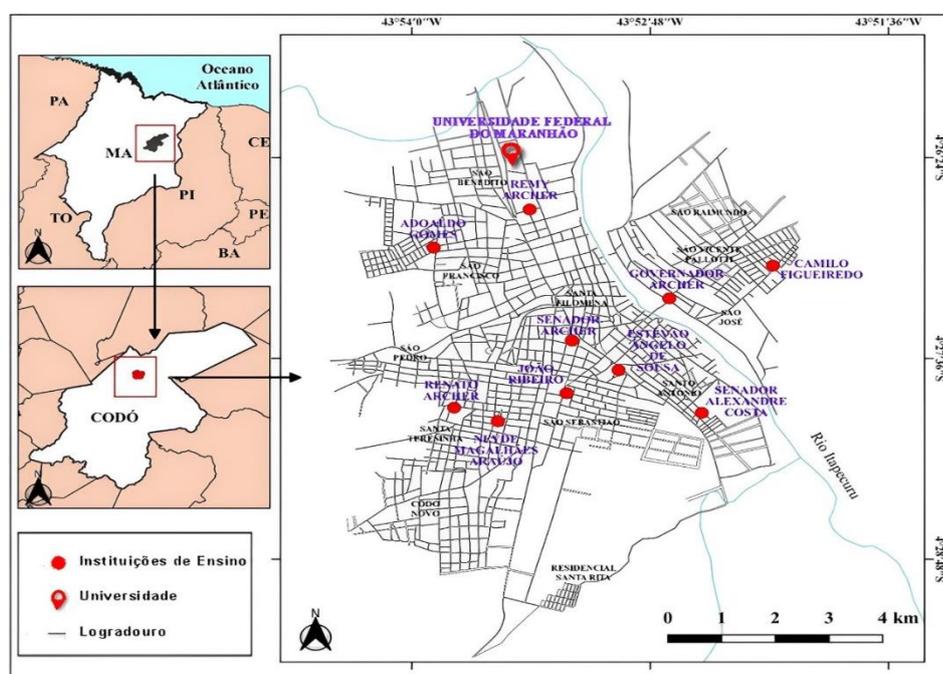
Essa metodologia foi organizada em ciclos contínuos, envolvendo planejamento, ação, observação e reflexão, com o objetivo de integrar o conhecimento acadêmico às

práticas pedagógicas desenvolvidas em uma escola pública municipal de Codó/MA. Essa abordagem também possibilitou o desenvolvimento de estratégias pedagógicas alinhadas às especificidades do público atendido pela EJAI, promovendo o diálogo e a aprendizagem colaborativa.

### 3.2 Contexto e Local da Pesquisa

O estudo foi realizado no âmbito do componente curricular "Educação para a Diversidade" do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais/Biologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus Codó (Figura 1).

**Figura 1 – Mapa de localização da Universidade Federal do Maranhão, Campus Codó.**



Fonte: IBGE (2010), adaptado pela autora (2025).

A universidade, situada no interior do Maranhão visa atender às demandas educacionais da região e promover o desenvolvimento socioeconômico local. O campus é reconhecido pela integração entre ensino, pesquisa e extensão, estabelecendo parcerias significativas com a comunidade.

O local de aplicação foi a Escola Municipal Modelo Remy Archer, uma instituição da educação pública, localizada em Codó/MA (Figura 2), que se destaca por suas práticas pedagógicas e pela inclusão educacional. A escola atende jovens, adultos e idosos no período noturno por meio do programa EJAI. Esse contexto foi escolhido devido à

diversidade de seus educandos, que apresentam características, vivências e desafios que enriqueceram o processo investigativo.

**Figura 2 – Fachada da Escola Municipal Modelo Remy Archer, localizada em Codó/MA.**



Fonte: Elaborada pela autora (2025)

### 3.3 Etapas da Pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas principais:

Na 1ª etapa realizou-se uma revisão bibliográfica sobre educação para a diversidade no ensino de ciências naturais, EJAI, gênero, conquistas legais das mulheres e métodos contraceptivos. Essa etapa fundamentou o planejamento pedagógico e garantiu que os conteúdos abordados fossem consistentes com as diretrizes curriculares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

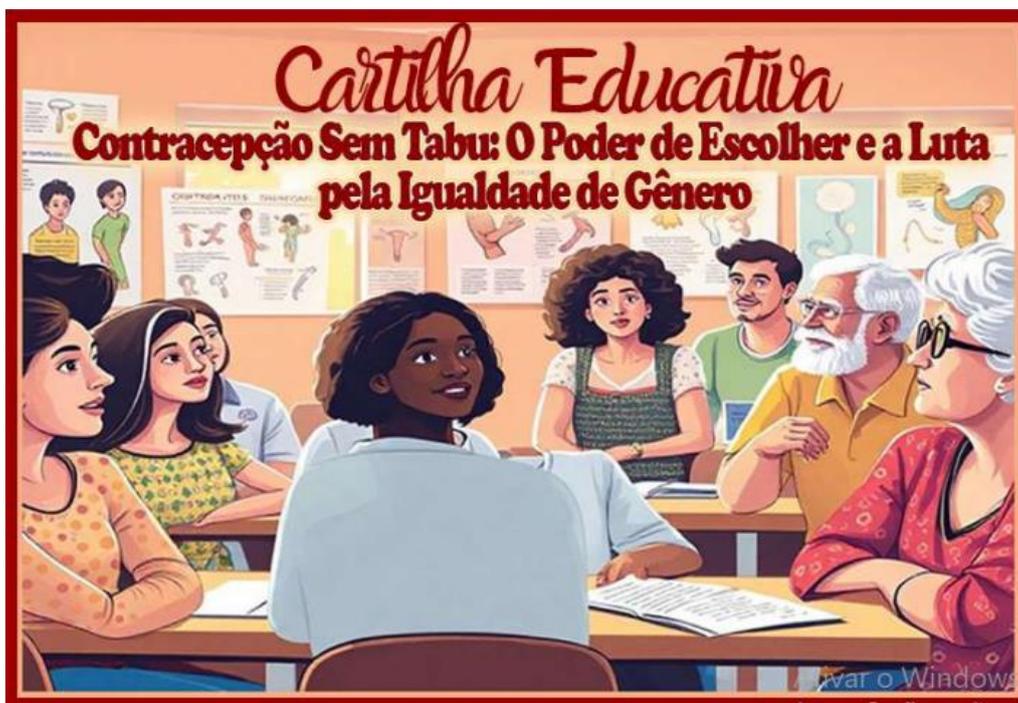
Na 2ª etapa, a elaboração de um plano de aula direcionado aos estudantes da EJAI, com base nos conteúdos teóricos estudados. O planejamento buscou integrar temas como saúde sexual e reprodutiva, direitos humanos e igualdade de gênero, utilizando metodologias ativas para engajar os estudantes.

Na 3ª etapa houve a aplicação de uma aula dialogada sobre métodos contraceptivos e as conquistas legais das mulheres, ministrada por discentes do curso de Ciências Naturais/Biologia da UFMA-Campus Codó. Durante a aula, utilizou-se um modelo anatômico para facilitar a visualização e a compreensão dos sistemas genitais masculino e feminino, bem como para desmistificar tabus e preconceitos relacionados ao

tema. A avaliação foi realizada de forma contínua, com questões problematizadoras e momentos de reflexão coletiva, promovendo a participação ativa dos estudantes.

Na 4ª etapa, desenvolveu-se uma cartilha educativa (Apêndice A – Figura 3) intitulada “Contraceção Sem Tabu: O Poder de Escolher e a Luta pela Igualdade de Gênero”, com o objetivo de promover a reflexão e o diálogo sobre saúde sexual e reprodutiva.

**Figura 3 – Cartilha educativa “Contraceção Sem Tabu: O Poder de Escolher e a Luta pela Igualdade de Gênero”.**



Fonte: Elaborada pela autora (2025)

A cartilha educativa foi elaborada em um momento posterior às aulas dialogadas e rodas de conversa, com o objetivo de ampliar as reflexões e promover o diálogo contínuo sobre saúde sexual e reprodutiva. Sua utilização contribuiu para reforçar os temas abordados e fomentar um ambiente educativo dinâmico e participativo.

### **3.4 Metodologias Utilizadas**

A pesquisa utilizou metodologias ativas, como rodas de conversa, aprendizagem baseada em problemas locais e estudos de caso, para incentivar a troca de saberes e a construção conjunta do conhecimento. A pesquisa-ação proporcionou um ambiente

dinâmico, no qual os participantes puderam refletir sobre suas práticas e contribuir com suas experiências, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, o uso de materiais pedagógicos inclusivos e a criação de um ambiente acolhedor favoreceram o aprendizado, respeitando os diferentes ritmos e trajetórias dos estudantes da EJAI. A interação entre a universidade e a escola foi essencial para conectar a teoria à prática, fortalecendo o papel da educação como ferramenta de transformação social.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados deste estudo refletem a eficácia da integração entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem na EJAI. Por meio de metodologias ativas e da utilização de materiais pedagógicos inclusivos, como a cartilha educativa "Contracepção Sem Tabu: O Poder de Escolher e a Luta pela Igualdade de Gênero" foi possível observar impactos significativos na percepção e no engajamento dos estudantes em relação à temática abordada.

### **4.1 Reflexões sobre o Processo Pedagógico**

A aplicação da aula dialogada ministrada pelos discentes do curso de Ciências Naturais/Biologia da UFMA – Campus Codó foi um ponto-chave para o sucesso do projeto e o uso de modelos anatômicos para facilitar a compreensão dos sistemas genitais masculino e feminino, demonstraram-se estratégias eficazes para promover a desmistificação de tabus e preconceitos relacionados à saúde sexual e reprodutiva. A iniciativa buscou contribuir significativamente com uma atividade pedagógica voltada para a área de Ciências Naturais, alinhada à área de formação.

Os estudantes ao terem contato com uma abordagem clara e visual, participaram ativamente das discussões, o que evidencia a relevância de metodologias que privilegiam a interação e a contextualização dos conteúdos. Ministrando aula sobre métodos contraceptivos no ensino de Ciências Naturais, muitas vezes se limita ao enfoque teórico e biológico, abordando os diferentes tipos de métodos disponíveis, como preservativos, anticoncepcionais, dispositivos intrauterinos (DIU), entre outros. Embora esse conhecimento técnico seja essencial, ele frequentemente deixa de lado dimensões igualmente importantes, como as questões históricas, sociais e culturais que moldam a percepção e o uso desses métodos.

Resultados que corroboram com os deste estudo foram reportados por Martins *et al.* (2006), onde destacaram que a deficiência informacional contribui para comportamentos inadequados relacionados à saúde sexual e reprodutiva, reforçando a necessidade de estratégias educativas que sejam acessíveis e eficazes para adolescentes de diversas realidades. Esses dados evidenciam que tanto Jovens, Adultos e Idosos mais desfavorecidos quanto os de maior nível socioeconômico, se beneficiariam de ações que promovam um maior conhecimento e uma reflexão crítica sobre planejamento familiar, favorecendo mudanças positivas em seus comportamentos.

A roda de conversa destacou-se como um espaço dinâmico de troca de saberes e reflexão coletiva. Relatos pessoais e dúvidas emergiram nesses momentos e foram acolhidos de forma respeitosa, promovendo um ambiente de confiança e facilitando uma aprendizagem interativa. O uso de metodologias ativas, como as rodas de conversa foi essencial para engajar os participantes. Para os estudantes de Ciências Naturais, essa prática permitiu desenvolver habilidades pedagógicas, especialmente no planejamento e condução de aulas adaptadas ao público do EJAI.

Essa abordagem integrou o conhecimento científico ao contexto social dos educandos, alinhando-se às ideias de Freire (2011). O autor defende ainda práticas educativas contextualizadas, valorizando os saberes prévios e promovendo a construção coletiva do conhecimento em um movimento que articula teoria e prática.

A experiência também ampliou a sensibilidade sociocultural dos estudantes da UFMA-Campus Codó, ajudando-os a compreender os desafios enfrentados por jovens, adultos e idosos em suas trajetórias educacionais. Essa vivência reforçou a importância de integrar teoria e prática, como defende Zeichner e Liston (2014), ao promover a formação crítica e reflexiva essencial para educadores.

Para os alunos do EJAI, a aula dialogada proporcionou um aprofundamento sobre saúde reprodutiva, com enfoque nos métodos contraceptivos, promovendo maior autonomia e consciência na tomada de decisões sobre seus corpos e saúde. Essa abordagem dialoga com Daniels (2011), ao enfatizar a relevância da mediação cultural e social no desenvolvimento de novas aprendizagens. Além disso, a reflexão histórica e crítica sobre as conquistas femininas, especialmente no que se refere ao acesso a métodos contraceptivos, fomentou discussões sobre igualdade de gênero e direitos sociais.

Além disso, atividade de aula dialogada também promoveu a conexão entre ciência e cotidiano, estimulando uma compreensão mais ampla do papel das mulheres na sociedade. Essas reflexões estão em consonância com Ahmed (2022), que explora o

feminismo interseccional como uma abordagem essencial para compreender as complexidades das questões de gênero, e com Butler (2004), que discute o gênero como uma construção performativa que desafia normas culturais e sociais. Dessa forma, o aprendizado ultrapassou os limites do conteúdo programático, tornando-se um instrumento para o empoderamento e a transformação social.

Nas discussões, os estudantes demonstraram interesse e curiosidade, levantando questões sobre os diferentes métodos contraceptivos e seus usos, bem como sobre os direitos reprodutivos. Esses momentos reforçam a importância de uma metodologia que privilegie o diálogo, a importância de decisões informadas e conscientes e a troca de saberes, especialmente em contextos como a EJAI, onde a diversidade de experiências enriquece o aprendizado.

#### **4.2 Impacto da Cartilha Educativa**

A cartilha "Contracepção Sem Tabu: O Poder de Escolher e a Luta pela Igualdade de Gênero" (Apêndice A) foi desenvolvida em um momento posterior às aulas dialogadas e rodas de conversa, como um recurso pedagógico complementar para aprofundar os temas abordados durante as discussões em grupo. Sua estrutura clara e linguagem acessível contribuíram significativamente para esclarecer dúvidas e desmistificar preconceitos comuns entre os estudantes, como a ideia de que o uso de preservativos reduz o prazer ou que métodos hormonais são exclusivamente femininos.

Ao explorar direitos reprodutivos e questões relacionadas à igualdade de gênero, a cartilha tem o potencial de se destacar como um recurso transformador, ampliando a compreensão dos estudantes sobre esses temas e fortalecendo sua autonomia para tomar decisões conscientes.

A inclusão de seções como "Desmistificando os Tabus" e "Direitos Reprodutivos: Educação para a Autonomia" foi especialmente relevante para romper preconceitos profundamente enraizados e promover debates críticos sobre saúde sexual, destacando que o acesso aos métodos contraceptivos é um direito garantido por lei. A cartilha não apenas forneceu informações técnicas, mas também irá ajudar em reflexões sobre o respeito mútuo e a responsabilidade compartilhada na contracepção.

Os resultados obtidos reforçam a importância de iniciativas que associem materiais educativos, como a cartilha, a metodologias participativas no ensino de saúde sexual e reprodutiva. Essas práticas, além de ampliar o conhecimento dos estudantes

sobre métodos contraceptivos, promovem a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de tomar decisões autônomas e responsáveis sobre sua saúde.

#### **4.3 Transformação Social e Educacional**

O estudo permitiu identificar mudanças importantes no ambiente educativo da EJAI. Os estudantes passaram a se sentir mais confiantes para abordar temas relacionados à sexualidade e contracepção, reconhecendo-os como aspectos essenciais para a saúde e o bem-estar. Além disso, o envolvimento ativo dos professores e discentes do curso de Ciências Naturais/Biologia da UFMA – Campus Codó fortaleceu o vínculo entre a escola e a universidade, promovendo uma troca de saberes que enriqueceu a experiência pedagógica.

Os resultados também apontam para a relevância da educação sexual como um componente indispensável na formação de jovens, adultos e idosos, especialmente em contextos marcados pela diversidade e pelas desigualdades sociais. A cartilha educativa, ao ser utilizada como ferramenta de apoio, possibilitará a construção de um diálogo aberto e respeitoso, contribuindo para o empoderamento dos estudantes e para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos.

#### **4.4 Considerações sobre os Desafios**

Apesar dos avanços observados, a pesquisa evidenciou alguns desafios, como o enfrentamento de resistências culturais. Essas limitações reforçam a importância de continuidade e expansão de iniciativas como esta, que integram práticas pedagógicas inclusivas e inovadoras à realidade da EJAI.

Os resultados da pesquisa evidenciam que a adoção de metodologias ativas e a utilização de materiais pedagógicos contextualizados são fundamentais para promover o aprendizado significativo na EJAI. Deste modo, a cartilha educativa ao ser utilizada se revela como uma ferramenta poderosa para desmistificar tabus, estimular a reflexão crítica e fortalecer a autonomia dos estudantes, reafirmando o papel transformador da educação.

Entre as limitações observadas, destaca-se a necessidade de mais tempo para aprofundar as discussões em sala de aula, especialmente em temas que envolvem tabus culturais profundamente enraizados. Além disso, futuras iniciativas poderiam expandir a distribuição da cartilha para outros contextos educacionais, ampliando seu alcance e impacto.

De modo geral, a experiência demonstrou o potencial transformador da integração entre a universidade e a escola na EJAI, reafirmando a importância de abordagens pedagógicas inclusivas e contextualizadas. A produção e utilização de materiais como a cartilha educativa se mostram essenciais para promover a educação em saúde e a igualdade de gênero, contribuindo para uma sociedade mais informada e equitativa.

## **5 CONCLUSÕES**

Este estudo apresentou uma experiência educativa desenvolvida no componente curricular "Educação para a Diversidade" do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais/Biologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em parceria com uma escola pública municipal de Codó/MA. A prática foi realizada no contexto da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), integrando temas como saúde sexual e reprodutiva, métodos contraceptivos e igualdade de gênero, utilizando metodologias ativas e materiais pedagógicos inclusivos.

A parceria entre a universidade e a escola enriqueceu o processo pedagógico, promovendo uma troca significativa de saberes entre os discentes da UFMA e os estudantes da EJAI. A utilização de recursos como a cartilha educativa "Desmistificando os Tabus sobre Métodos Contraceptivos na EJAI" e de estratégias pedagógicas interativas, como a aula dialogada e rodas de conversa demonstrou o potencial transformador de práticas educativas que valorizam a diversidade e o protagonismo dos estudantes.

Além de ampliar o conhecimento sobre métodos contraceptivos e desmistificar tabus relacionados à saúde sexual, a pesquisa contribuiu para o fortalecimento da autonomia e da consciência crítica dos estudantes, preparando-os para tomar decisões informadas e responsáveis. A inclusão de temas como direitos reprodutivos e igualdade de gênero mostrou-se essencial para abordar desafios culturais e sociais que ainda permeiam a realidade da EJAI.

Entretanto, a pesquisa também destacou desafios significativos, como o enfrentamento de resistências culturais e a necessidade de maior tempo para aprofundar as discussões em sala de aula. Essas limitações reforçam a importância da continuidade e ampliação de iniciativas que integrem práticas pedagógicas inclusivas e contextualizadas no ensino de Ciências Naturais.

De forma geral, esta experiência reafirmou o papel transformador da educação para a diversidade no ensino de Ciências, evidenciando a relevância de práticas educativas

que conectam a teoria à realidade dos estudantes. A produção e utilização de materiais como a cartilha educativa representam uma ferramenta poderosa para promover o diálogo, a reflexão crítica e a inclusão social, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados na construção de uma sociedade mais equitativa.

Futuras iniciativas podem ampliar o alcance dessa abordagem para outras escolas e contextos educacionais, fortalecendo a articulação entre ensino, pesquisa e extensão e consolidando o compromisso da educação com a justiça social e a igualdade de oportunidades.

## REFERÊNCIAS

ABREU, A. M. de; ARAÚJO, A. V. E. C.; FIGUEIRA, J. N. R.; ALMEIDA, J. dos S. Saúde Sexual e Reprodutiva como estratégia de promoção de saúde no ambiente escolar: um relato de experiência. **Saúde Redes**, v. 9, n. 2, p. 11-11, 2023. <https://doi.org/10.18310/2446-48132024v10nsup2>

AHMED, S. **Viver uma vida feminista**. Ubu Editora; 1ª edição, 28 março 2022, 448 pp.

ALVES, A. J. de S. **Metodologias ativas na educação de jovens e adultos: um mapeamento da produção científica brasileira no portal de periódicos da CAPES (2014-2024)**. TCC (Especialização) Instituto Federal do Espírito Santo, Cefor, Pós-Graduação Lato Sensu em Práticas Pedagógicas, 2024.

ALVES, B. M. **Ideologia e feminismo**. A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

ANDRADE, G. B. C. de; FRISON, M. D. Formação inicial e continuada de professores de pedagogia articulada ao Programa de Residência Pedagógica: um espaço-tempo de constituição e de (re) significação do ser professor. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 12, p. e11276-e11276, 2024. <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n12-259>

BORGES, M. C.; OLIVEIRA, C. de F.; LUDOVICE, C. de A. B. Sexualidade e violência contra a mulher: educação sustentável para a igualdade de gênero. **Multidebates**, v. 5, n. 4, p. 164-173, 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 11 nov. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 9.263, de 12 de janeiro de 1996**. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/educacao-basica/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/index.php/educacao-basica/parametros-curriculares-nacionais>. Acesso em: 09 nov. 2024.

BRASIL. Plano Nacional de Educação – PNE. **Lei nº 13.005/2014**. Disponível em: <<https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>> Acesso em: 05 de jan. 2025.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <https://www.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Portal de mapas**, 2010. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa222602>. Acesso em 06 jan. 2025.

BUTLER, J. **Undoing gender**. Routledge, 2004.

BRUNEL, C. **Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CANDAUI, V. M. F. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan.-mar. 2012. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000100015>

CARVALHO, M. E. P. de; MATA, Á. A. R. da; CARVALHO, F. J. de. **Educação, Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade Incluindo Múltiplas Vozes**. Editora CRV, 2023.

CASSIAVILLANI, T. P.; ALBRECHT, M. P. S. Educação sexual: uma análise sobre legislação e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos. **Educação em Revista**, v. 39, p. e39794, 2023. <https://doi.org/10.1590/0102-469839794>

CIRINO, R. M. B. Educação e inclusão: O olhar para a diversidade humana a partir das práticas dos docentes universitários. **Educere et Educare**, v. 17, n. 43, p. 268-289, 2022. <https://doi.org/10.48075/educare.v17i43.29604>

CRUVINEL, S. P. Inclusão social? De quem e para quem?. **Humanidades e Tecnologia (FINOM)**, v. 40, n. 1, p. 309-324, 2023. <https://doi.org/10.5281/zenodo.8087223>

DANIELS, H. **Vygotsky e a pesquisa**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

DUQUE, R. de C. S.; CELUPPI, F. E. M. M.; SOUZA, C. R. da S.; LIMA, A. G.; BARBOSA, E. da C.; SANTOS, A. A. dos; SOUZA, A. S. de; OLIVEIRA, R. N. de; AMORIM, A. de M. Avanços e Desafios na Formação Docente para a Educação Inclusiva. **REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO: Fundamentos, Políticas, Teorias e Desafios para o Século XXI**. 1. Ed – São Paulo: EBPCA – Editora Brasileira de Publicação Científica Aluz, 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, H. **Uma introdução à diversidade de gênero e sexualidade: constituição, enfrentamento e empoderamento** [livro eletrônico]. São Paulo: Editora Dialética, 2024.

GOMES, J. C. A. Direitos sexuais e reprodutivos ou direitos sexuais e direitos reprodutivos? Dilemas e contradições nos marcos normativos nacionais e internacionais. **Revista Direito GV**, v. 17, n. 3, p. e2136, 2021. <https://doi.org/10.1590/2317-6172202136>

GONÇALVES, E. C. G. Diversidade cultural: uma oportunidade para o fim do preconceito no ambiente escolar. **Novas tendências e perspectivas da educação: métodos e práticas 3**, p. 27, 2022. <https://doi.org/10.47573/aya.5379.2.96.2>

HADDAD, S. DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, nº 14, 2000.

JORNADA, E. T. F. A relevância de instigar um debate na instituição pública educacional: igualdade de gênero x direitos humanos. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 6, n. 6, p. 01-22, 2024. <https://doi.org/10.56579/rei.v6i6.1598>

JUSTINO, G. B. da S.; STOFEL, N. S.; GERVASIO, M. de G.; TEIXEIRA, I. M. de C.; SALIM, N. R. Educação sexual e reprodutiva no puerpério: questões de gênero e atenção à saúde das mulheres no contexto da Atenção Primária à Saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, p. e200711, 2021. <https://doi.org/10.1590/interface.200711>

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935–952, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>

MARÍN, Y. A. O. Por um currículo em defesa da verdade: ensino de Ciências e Biologia entre o negacionismo científico e a desigualdade de gênero. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, p. 1103-1126, 2023. <https://doi.org/10.46667/renbio.v16inesp.1.1024>

MARTINS, L. B. M.; PAIVA, L. C.; OSIS, M. J. D.; SOUSA, M. H. de; NETO, A. M. P.; TADINI, V. Conhecimento sobre métodos anticoncepcionais por estudantes adolescentes. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, n. 1, p. 1-7, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102006000100010>

MATTOS, J. S.; LÓPEZ, H. Avaliação da colaboração do laboratório de Ciências Biológicas da Escola Industrial de Lages, SC, para efetivação do aprendizado significativo: representações dos docentes e discentes. **Humanidades e Tecnologia (FINOM)**, v. 52, n. 1, p. 184-198, 2024. <https://doi.org/10.5281/zenodo.14056784>

MATTOS, K. R. C. de; AMESTOY, M. B.; TOLENTINO-NETO, L. C. B. O ensino de Ciências da Natureza nas versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Amazônia: Revista de Educação em Ciências e Matemáticas**, v. 18, n. 40, p. 22-34, 2022.

MORIN, V. L.; LUDKE, E. Abordagem do tema saúde da mulher no ambiente escolar. **Vivências**, v. 19, n. 39, p. 41-56, 2023. <https://doi.org/10.31512/vivencias.v19i39.883>

MOURA, S. L. O.; SILVA, M. A. M. da; MOREIRA, A. C. A.; PINHEIRO, A. K. B. Relações de gênero e poder no contexto das vulnerabilidades de mulheres às infecções sexualmente transmissíveis. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, p. e210546, 2022. <https://doi.org/10.1590/interface.210546>

NARCISO, R.; OLIVEIRA, F. C. N. DE; ALVES, D. de L.; DUARTE, E. D.; MAIA, M. A. dos S.; REZENDE, G. U. de M. Inclusão escolar: desafios e perspectivas para uma educação mais equitativa. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 8, p. 713-728, 2024. <https://doi.org/10.51891/rease.v10i8.15074>

NOGUEIRA, O. **Constituições brasileiras: 1824**. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.

OLIVEIRA, R. M. de; PAULA, R. A. de; COELHO, E. G. A Educação Sexual e o Ensino de Ciências: o estado do conhecimento. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 9, p. 504-518, 2024.

PANIAGO, R. N. **Os professores, seu saber e seu fazer**: elementos para uma reflexão sobre a prática docente. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

PAULA, M. de; GUIMARÃES, C. P. A educação de jovens e adultos como um compromisso social. **Saberes em Foco**, v. 7, n. 1, p. 521-534, 2024.

ROSEMBERG, F. PIZA, E. Analfabetismo, gênero e raça no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, v. 28, p. 110-121, 2006. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p110-121>

SALES, T. A.; RIGUE, F. M. Diversidade, direitos humanos e direito à vida no ensino de ciências naturais. **Bio-grafía**, v. 16, n. 30, p. 167-175, 2023. <https://doi.org/10.17227/bio-grafia.vol.16.num30-17825>

SANTOS, A. E. dos; MOTOKANE, M. T. Poesia popular nordestina e ensino de Biologia na Educação de Jovens e Adultos. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, p. 279-299, 2024. <https://doi.org/10.46667/renbio.v17i1.1220>

SANTOS, D. S. dos. Desigualdade de gênero no brasil: desafiando o patriarcado e avançando rumo à igualdade. **Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional**, v. 1, p. 305-319-305–319, 2024.

SILVA, M. da; MERCADO, E. L. de O. Desafios e estratégias na formação de professores para a educação inclusiva e direitos humanos na educação básica. **Revista Teias de Conhecimento**, [S. l.], v. 1, n. 4, 2024. <https://doi.org/10.5212/RevTeiasConhecimento.2024.22795>

SIMONI, R. O. C. da S. Educação, diversidade e respeito à identidade cultural. **Odeere**, v. 6, n. 1, p. 163-182, 2021. <https://doi.org/10.22481/odeere.v6i01.8522>

SOARES, E. A. S. Desafios sociais da construção da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAÍ): Reflexões sobre a Legislação e a Educação Brasileira. **Research, Society and Development**, v. 13, n. 11, p. e143131147507-e143131147507, 2024. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v13i11.47507>

SOBRAL, J. B. L.; REIS, R. H. dos; VIEIRA, M. C. Diálogo-Dialético na EJA: parceria entre universidade, movimento popular e escola pública. **Revista da FAEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 33, n. 76, p. 255-269, 2024. <https://dx.doi.org/10.21879/faeaba2358-0194.2024.v33.n76.p255-269>

SOUSA, P. E. J. de; MACHADO, M. I. Educação sexual e neoconservadorismo: uma análise a partir da BNCC. **Interfaces da Educação**, v. 15, n. 43, p. 169-191, 2024. <https://doi.org/10.61389/inter.v15i43.8735>

SUANNO, J. H. Educação como prática social com justiça social: um olhar criativo, complexo e transdisciplinar. **Revista Polyphonía**, v. 32, n. 1, p. 86-99, 2021. <https://doi.org/10.5216/rp.v32i1.67392>

THIOLLENT, M. **Metodologia de pesquisa-ação**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

XAVIER, M. C. F.; FREITAS, C. C. de; SANTOS, L. L. de M.; LIMA, L. de O.; FONSECA, A. C. D. da; BENTO, R. de C.; VIEIRA, D. V. M.; NAGASHIMA, A. M. S. “NO CAMINHO DAS MARGARIDAS”: construindo diálogos sobre a igualdade de gênero nas escolas. **Caderno Impacto em Extensão**, Campina Grande, v. 3, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/cite/article/view/557>. Acesso em: 4 jan. 2025.

ZEICHNER, K.; LISTON, D. **Reflective teaching: An introduction**. (2nd edition). New York: Routledge, 2014.

## **APÊNDICES**

### **APÊNDICE A – Cartilha Educativa: Contraceção Sem Tabu: O Poder de Escolher e a Luta pela Igualdade de Gênero**

# Cartilha Educativa

**Contraceção Sem Tabu: O Poder de Escolher e a Luta pela Igualdade de Gênero**



Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Fernando Carvalho Silva – Reitor

Leonardo Silva Soares – Vice-reitor

Centro de Ciências de Codó – CCCo

Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais/Biologia

Discente: Brenda Abigail Freire de Jesus Coelho

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Paula dos Santos Reinaldo Verde

**Projeto Gráfico, Diagramação e Ilustrações**

Brenda Abigail Freire de Jesus Coelho com auxílio  
do Adobe Photoshop CS6 e Inteligência Artificial.

# **Este guia é para todos!**



**A contracepção é um elemento essencial da saúde reprodutiva, estreitamente vinculada à busca pela igualdade de gênero, pois assegura o direito de decidir sobre o próprio corpo e promove o compartilhamento de responsabilidades.**

**Neste contexto, exploraremos os diversos métodos contraceptivos, explicando seu funcionamento e destacando como a divisão equitativa de responsabilidades pode transformar não apenas as relações interpessoais, mas também a sociedade como um todo.**

# QUAIS SÃO OS MÉTODOS CONTRACEPTIVOS?

## Métodos Hormonais

---

### Pílula Anticoncepcional:



Um comprimido diário que impede a ovulação, evitando a gravidez.

### Injeção Anticoncepcional:



Uma dose de hormônios que vai te proteger de 1 a 3 meses.

### Implantes Hormonais:



Pequenos dispositivos implantados sob a pele que te protegem por anos.

### Anel Vaginal:



Um anel que libera hormônios e fica na vagina para prevenir a gravidez.

# QUAIS SÃO OS MÉTODOS CONTRACEPTIVOS?

## Método Intrauterino

### Dispositivo Intrauterino (DIU)

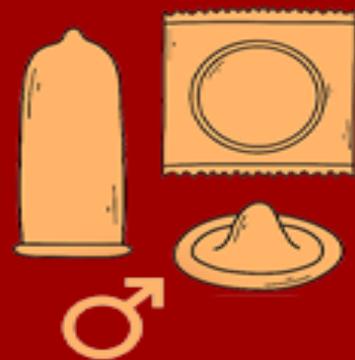


**Pequeno dispositivo de contracepção que é inserido no útero para prevenir a gravidez. Existem dois tipos principais de DIU: o de cobre e o hormonal.**

# QUAIS SÃO OS MÉTODOS CONTRACEPTIVOS?

## Métodos de Barreira

### A Camisinha (Preservativo):



Não só evita a gravidez, como também te protege contra infecções sexualmente transmissíveis (ISTs).

Um dispositivo de silicone que impede o esperma de entrar no útero.



**Diaphragma**

# QUAIS SÃO OS MÉTODOS CONTRACEPTIVOS?

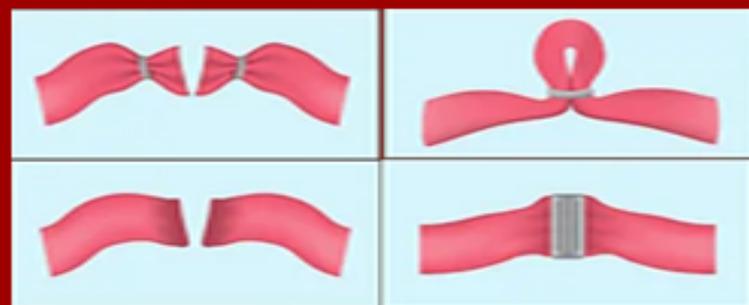
## Métodos Permanentes

### Vasectomia



A versão masculina da laqueadura - uma cirurgia que corta os canais por onde o esperma passa.

### Laqueadura



Uma cirurgia para mulheres que cortam ou bloqueiam as trompas de falópio.

# QUAIS SÃO OS MÉTODOS CONTRACEPTIVOS?

**Métodos Naturais:**



**Tabela e Ovulação:** Método que envolve acompanhar o ciclo menstrual e evitar relações durante os dias férteis.

**Métodos de Emergência:**

**Pílula do Dia Seguinte:** Uma opção para evitar a gravidez após relações sexuais desprotegidas.

# MITOS SOBRE OS MÉTODOS CONTRACEPTIVOS

**Pílula anticoncepcional engorda: A pílula não causa ganho de peso significativo, embora algumas mulheres possam reter líquidos.**

**DIU causa infertilidade: O DIU não causa infertilidade permanente; a fertilidade volta após sua retirada.**

**Preservativo masculino estoura facilmente: Quando usado corretamente, o preservativo é eficaz e raramente rompe.**

**Tabela é 100% eficaz: A tabelinha não é segura, pois o ciclo menstrual pode variar e o método falha facilmente.**

**Anticoncepcionais hormonais afetam permanentemente a fertilidade: A fertilidade volta rapidamente após o uso dos anticoncepcionais.**

**Pílula do dia seguinte é abortiva: Ela impede a ovulação ou fertilização, não causando aborto.**

**Anticoncepcionais causam câncer: O risco de câncer é baixo, com benefícios como a redução do câncer de ovário.**

**Métodos naturais são tão eficazes quanto os modernos: Métodos naturais têm taxas de falha altas em comparação aos métodos modernos.**

**Camisinha reduz o prazer: a camisinha quando usada corretamente, não diminui o prazer sexual e, ao contrário, promove a segurança e o bem-estar durante o ato sexual.**

# **A Luta pela Igualdade de Gênero e a Contracepção**

**A luta pela igualdade de gênero é sobre dar às mulheres e aos homens os mesmos direitos, oportunidades e respeito.**

**E, quando se fala em contracepção, o conceito de igualdade de gênero é super importante!**



# **Autonomia Reprodutiva: O Poder de Escolher**

**Ter o controle sobre sua reprodução é como ser a capitã da sua vida!**

**Escolher quando ter filhos e como se prevenir é um direito seu, e é isso que te dá poder para decidir qual caminho seguir. Isso também impacta na sua educação, no seu trabalho e no seu tempo livre!**



## QUEBRANDO TABUS E ENFRENTANDO PRECONCEITOS

Falar sobre métodos contraceptivos pode ser difícil devido a tabus, mas quanto mais conversamos sobre o assunto, mais natural se torna. Ao compartilhar experiências, ajudamos a criar uma sociedade mais aberta, onde as escolhas reprodutivas das mulheres são respeitadas, contribuindo para a luta pela igualdade e pelo direito de decidir sobre o próprio corpo.

## EDUCAÇÃO SEXUAL: A BASE DE TUDO

A educação sexual é a chave para a liberdade de escolha. Imagina só: saber tudo sobre métodos contraceptivos e como o seu corpo funciona, sem tabu, sem culpa. Isso empodera! E a educação deve ser clara, inclusiva e sem preconceito.

## DIVIDINDO A RESPONSABILIDADE

A contracepção não deve ser uma responsabilidade só da mulher! Na luta pela igualdade, é importante que os homens também se envolvam. Usar preservativo, por exemplo, é um gesto de parceria e respeito. E, se necessário, eles também podem se proteger com a vasectomia. O equilíbrio é o segredo!



# Desafios e Como Superá-los Juntos

## Falta de Acesso:

Muitas pessoas ainda não têm acesso aos métodos contraceptivos, o que dificulta escolhas informadas. Devemos lutar por acesso a serviços de saúde para todos.



## Desinformação:

A falta de informações claras sobre contracepção cria dúvidas. É importante compartilhar informações corretas com todos os parceiros.

## Pressão Social:

A pressão e os estigmas sociais sobre a contracepção são grandes. Falar abertamente sobre o tema pode ajudar a quebrar esses estigmas e promover atitudes mais

# O CONTROLE É SEU!

O direito de decidir sobre o próprio corpo é fundamental para todos, independentemente de gênero. A contracepção é uma ferramenta essencial de autonomia e liberdade, e a busca por um acesso livre e sem tabus a métodos contraceptivos é uma luta pela igualdade para todos. Lembre-se: a decisão é sua, e essa escolha deve ser sempre respeitada! Vamos, juntos, continuar rompendo os tabus e garantir que todos tenham o direito de fazer escolhas conscientes e respeitadas. E aí, prontos para fazer a diferença?

